

# O mundo do papel: a experiência jesuítica e a elaboração da Arte da Língua Kiriri<sup>1</sup>

*The world of paper: the jesuit experience  
and the elaboration of the grammar Kiriri*

**Ane Luíse Silva Mecenas Santos\***

---

## **Resumo**

O presente artigo visa analisar a experiência jesuítica por meio dos impressos de normatização da língua Kiriri. No intuito de discutir a cultura escriturária na produção de instrumentos de conversão pelos missionários que atuaram junto aos Kiriri, bem como o processo de tradução cultural na segunda metade do século XVII junto as missões do sertão da Bahia.

---

## **Palavras-chave:**

Jesuítas. Impressos. Conversão.

---

## **Abstract**

This article aims to analyze the Jesuit experience through the standardization forms of the Kiriri language. In order to discuss the writing culture in the production of instruments of conversion by the missionaries who worked alongside the Kiriri, as well as the process of cultural translation in the second half of the seventeenth century along the missions of the sertão of Bahia.

---

## **Keywords:**

Jesuits. Printed. Conversion.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é parte da tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, intitulada “*Trato da perpétua tormenta*”: a conversão nos *sertões de dentro* e os escritos de Luigi Vincenzo Mamiani della Rovere sobre os Kiriri (1666-1699).

\* Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Ciências da Religião. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. <anemecenas@gmail.com>.

Ludovico Vicenzo Mamiani Della Rovere,<sup>2</sup> o autor da *Gramática* e do *Catecismo* escritos língua Kiriri, nasceu na cidade de Pésaro, na Itália,<sup>3</sup> e passou a integrar a Companhia de Jesus no ano de 1668.<sup>4</sup> Em 1684, antes mesmo de fazer o quarto voto e, contando, então, com trinta e dois anos, partiu de Lisboa, rumo à Bahia. Seu destino inicial na América portuguesa era a Missão do Maranhão.<sup>5</sup>

Entretanto, ao longo de quase duas décadas, suas atividades como missionário se circunscreveram à outra região, a aldeia do Geru, na então Capitania de Sergipe del Rey. A sua ida para esse aldeamento contribuiu para a constituição de um novo capítulo na catequese do sertão, uma vez que este missionário buscou solucionar um problema já identificado por outros jesuítas desde as primeiras tentativas de conversão dos Kiriri:<sup>6</sup> a dificuldade de compreensão da língua que este grupo indígena falava.

<sup>2</sup> Na documentação, padre Mamiani aparece registrado de várias formas, dentre as quais destacamos: Luiz Vicencio Mamiani, Luiz Mamiani, Ludovico Mamiani ou Ludovico Vicenzo Mamiani Della Rovere.

<sup>3</sup> No período em questão, Pésaro fazia parte do Reino de Nápoles, visto que a delimitação territorial atual se deu no século XIX, com a Unificação Italiana, cujos desdobramentos se estenderam até o século XX, com a Questão Romana, nos idos de 1929.

<sup>4</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Vol. VIII. Org. Cesar Augusto dos Santos. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 338-339.

<sup>5</sup> Após consulta à documentação, não foi possível identificar o motivo da mudança do destino do padre Mamiani. O mês de sua chegada não é apresentado nos registros. Contudo, é importante salientar que no começo do ano de 1684, em São Luís, estava ocorrendo o segundo levante contra a atuação dos jesuítas. No primeiro levante, no ano de 1661, o colégio Nossa Senhora da Luz foi invadido e alguns padres foram encaminhados para a Metrópole. Vinte e três anos depois, um novo levante ocorre na cidade, a Revolta de Beckman. Foram apresentados como motivos de insatisfação, a miséria, a cobiça dos padres da Companhia de Jesus e o não atendimento das demandas da população pela Coroa portuguesa. Ver mais em: CHAMBOULEYRON, Rafael. “Justificadas e repetidas queixas. O Maranhão em revolta (século XVII)”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Disponível em <[http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/rafael\\_chambouleyron.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/rafael_chambouleyron.pdf)>. Consultado em 16 de setembro de 2015.

<sup>6</sup> Dos registros do período colonial aos clássicos da historiografia brasileira, constata-se a simplificação da complexidade dos grupos indígenas da América portuguesa, como se pode constatar na sua divisão em dois grandes grupos: os Tupi-guarani, que viviam no litoral, e os tapuias, que habitavam o sertão. Os Kiriri foram tidos como tapuias, pois ocupavam o sertão do atual Ceará até a Paraíba, fazendo-se presente também no sul e submédio do Rio São Francisco, nos atuais estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Conforme Dantas (1973, p. 2), os Kiriri são “índios que formavam importante grupo linguístico cultural do Nordeste brasileiro, cujo habitat se estendia desde o Paraguassu e o rio de São Francisco até o Itapirucu, afastado da linha da costa, domínio dos povos de língua Tupi”. Maria Celestino de Almeida também faz referência ao grupo: “Do tronco linguístico macro-jê e habitantes do sertão do São Francisco, os kariris (sic) tiveram seus costumes descritos por jesuítas e capuchinhos [...]”. ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 32.

Antes de os estudos realizados pelo padre Mamiani ganharem a prensa e serem divulgados na Metrópole portuguesa, o padre João de Barros<sup>7</sup> já havia produzido um manuscrito, que, no entanto, não chegou a ser publicado.<sup>8</sup> Ao final do século XVII, Mamiani publicou, com a autorização da Ordem e das instâncias metropolitanas, dois instrumentos de conversão, o *Catecismo da Doutrina Christãa na Língua Brasilica da Nação Kiriri*<sup>9</sup> e a *Arte de Grammatica da Língua Brasilica da naçam Kiriri*,<sup>10</sup> que resultaram da sistematização de suas experiências como missionário junto a este grupo indígena.<sup>11</sup>

Mamiani viveu com grande compromisso sua atividade missionária na aldeia do Geru, dedicando especial atenção à comunicação entre os religiosos e os índios, razão pela qual dedicou-se ao estudo e à sistematização do idioma dos nativos. A 26 de junho de 1695, ele enviou ao Geral da Companhia, padre Tirso González, uma cópia manuscrita do *Catecismo* que ele havia escrito em língua Kiriri. Três anos depois este catecismo seria impresso em Lisboa, em conjunto com uma gramática da mesma língua, com o objetivo de auxiliar a comunicação dos missionários com os indígenas do sertão e, conseqüentemente, assegurar o êxito da conversão.

O *Catecismo* publicado em Lisboa, no ano de 1698, foi dividido em três seções: a primeira traz os rudimentos da fé e da oração, a segunda parte apresenta os mistérios, os mandamentos e os sacramentos e, por fim, a terceira seção consiste em uma série de recomendações para os evangelizadores, como as relativas à preparação dos índios para receber os sacramentos ou para a confissão.

<sup>7</sup> Segundo Serafim Leite, o padre João de Barros era natural de Lisboa e atuou nas aldeias de Canabrava, Saco dos Morcegos e Natuba. Ingressou na Companhia em 1654 e estudou latim no Colégio de São Paulo em 1659. Nos idos de 1667, junto com o padre Jacob Rolando, iniciaram a conversão de índios Kiriri na aldeia de Natuba. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 287.

<sup>8</sup> Na parte dedicada “Ao leytor”, o padre Mamini ressalta a necessidade da publicação para o melhor conhecimento da língua, que muito favoreceria e asseguraria o êxito do processo de catequese. Contudo, de acordo com Leite, o Catálogo de 1679 faz referência a um Vocabulário e um Catecismo Kiriri produzido por João de Barros. Por não haver informações sobre a publicação desta obra, é possível que os dois escritos circularsem como manuscritos à época. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VIII. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 232.

<sup>9</sup> MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christãa na Língua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa: Edição fac-similar; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], 1942.

<sup>10</sup> MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Língua Brasilica da naçam Kiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1699]1877.

<sup>11</sup> Diferentemente do que Pompa afirmou em relação às duas obras do padre Mamiani, primeiro ocorreu a publicação do *Catecismo* e, depois, a da *Gramática*. POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 86.

Já a *Arte da Gramática da língua Brazílica da Nação Kiriri* está estruturada em duas seções: a primeira é dedicada à ortografia, pronúncia, a conjugação e declinação dos nomes dos verbos; enquanto que a segunda trata da sintaxe da construção da fala, seguida por um vocabulário essencial. A obra foi traduzida para o alemão em 1852, com o título de *Kiriri Grammatik der Sprache*, e publicada em Leipzig. Foi a doação das pranchas desta segunda edição à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que tornou possível a nova edição em português no ano de 1877.

Além destas duas obras, Mamiani produziu também outro documento, datado de 1701, e que consiste de um parecer sobre o governo temporal do Colégio de São de Paulo. Após visitar o colégio, expôs seu ponto de vista em um memorial dirigido ao Provincial Francisco de Matos, no qual não somente abordou os problemas afetos à gestão, mas também a questão da exploração do trabalho indígena.<sup>12</sup>

De volta à Europa, Mamiani deu por encerrada sua condição de “viajante-tradutor”,<sup>13</sup> uma vez que não se dedicou mais a escrever sobre as experiências vividas nas aldeias Kiriri. Ele se estabeleceu em Roma, na casa professa da Companhia, e, em 1706, publicou *Concordia doctrinae probabilistarum. Cum doctrina probabilioristarum*, uma densa análise de teologia moral cuja segunda edição foi publicada dois anos depois.<sup>14</sup> Em 1708, ele publicou a tradução do português para o italiano de *Sermões Quaresmais*, de Antônio Vieira, impresso simultaneamente em Roma e Veneza. Sabe-se, também, que exerceu o cargo de advogado da Assistência de Portugal, e que seus trabalhos posteriores abordaram as missões orientais e os ritos chineses, como se pode constatar em um documento produzido um ano antes de morrer, em Roma, a 08 de março de 1730.

Se os caminhos percorridos pelos manuscritos até se tornarem impressos podem ser reconstituídos mediante a análise de sua apresentação formal e estética, das intervenções feitas pelos tipógrafos e das licenças e censuras que receberam, o contextos de sua produção e as experiências vividas por seus autores também são fundamentais para a identificação das escolhas que fizeram e que interferiram na escrita.

Vale relembrar que desde a conquista, desencadeada ao final do século XV, Portugal e Espanha perceberam a necessidade de conhecer,

<sup>12</sup> ERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro; VELLOSO, Gustavo. Economia cristã e religiosa política: o “Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo”, de Luigi Vincenzo Mamiani. *História Unisinos*, v. 19, n. 2, maio/ago. 2015, p. 120-137.

<sup>13</sup> HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 23.

<sup>14</sup> O tema central desta obra é o probabilismo, muito criticado por B. Pascal e pelos jansenistas.

normatizar e produzir obras que minimizassem os “obstáculos” de comunicação entre os europeus e os indígenas, o que implicava traduzir a oralidade indígena para um conjunto de códigos linguísticos já sistematizados e difundidos. Esse processo se insere no que se convencionou chamar de “gramatização das línguas”.<sup>15</sup> No caso da Espanha, ao final do século XV, Elio Antônio de Nebrija publicou duas obras precursoras do processo de sistematização do espanhol, a primeira, *Introductiones Latinae* (1481) e, em seguida, a obra *Gramática* (1492).<sup>16</sup> Em Portugal, um processo semelhante ocorreu. Transcorridos cinquenta e cinco anos da publicação da primeira obra de Nebrija, nos idos de 1536, foi publicado o livro a *Gramática de Lingoagem Portuguesa*, de autoria do padre Fernão de Oliveira. Estas iniciativas parecem demonstrar que, concomitantemente ao processo de expansão territorial, os impérios ibéricos estavam estruturando as bases do próprio Estado, vinculadas à adoção de regras gramaticais que orientariam a comunicação escrita, um processo que, anos depois, se observaria também nos espaços coloniais conquistados.

No século XVI, a Espanha intensificou o projeto de sistematização linguística, como se pode constatar no Quadro 1, no qual fica evidente a diversidade de instrumentos produzidos:

**Quadro 1:** Lista de obras que normatizaram línguas indígenas na América Hispânica

Ano de publicação	Autoria	Obra
1547	Andrés de Olmos (franciscano)	<i>Arte de la lengua Mexicana</i>
1555	Domingo de Vico (dominicano)	<i>Vocabulario en lengua cakchiquel, quiché y zutuhil</i>
1555	Alonso de Molina (franciscano)	<i>Vocabulario en lengua náhuatl</i>
1558	Maturino Gilberti (franciscano)	<i>Arte de la lengua de Michuacan</i>
1559	Maturino Gilberti (franciscano)	<i>Vocabulario en lengua de Mechuacan</i>

<sup>15</sup> AUROUX, Sylvian. Introducción. Le processus de grammatisation et ses enjeux. In: *Histoire des idées linguistiques, tomo II: Ledéveloppement de la grammaire occidentale*. Liège: Mardaga, 1992.

<sup>16</sup> MATILLA TASCÓN, Antonio. Las impresiones de la Gramática de Nebrija en los siglos XVII y XVIII”. IN: *Varia Bibliographica. Homenaje a José Simón Díaz*, Kassel, Edition Reichenberger: 1998, p. 468.

1560	Domingo de Santo Tomás (dominicano)	<i>Gramática o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Perú</i>
1571	Alonso de Molina (franciscano)	<i>Arte de la lengua mexicana,</i>
1571	Juan de la Cruz (Carmelita)	<i>Doctrina christiana en lengua huasteca</i>
1571	Alonso de Urbano (franciscano)	<i>Arte breve de la lengua otomí y vocabulario trilingüe</i>
1571	Alonso de Urbano	<i>Vocabulario en lengua tzeltal</i>
1578	Juan de Córdoba (dominicano)	<i>Arte en lengua zapoteca vocabulo</i>
1585	Antonio de Bárcena (jesuíta)	<i>Arte de la lengua Toba</i>
1593	Antonio de los Reyes (dominicano)	<i>Arte en lengua mixteca</i>

Fonte: elaborado pela autora.

As obras elencadas no Quadro 1 fazem parte de um conjunto de impressos que refletem a necessidade de conhecimento e de domínio das mais variadas línguas nativas americanas, num esforço de tradução dos códigos de comunicação oral para os que orientavam a escrita. A produção de gramáticas e vocabulários deve ser, por isso, inserida neste esforço de normatização das Coroas ibéricas levada a efeito ao longo do período moderno. Em grande medida, coube aos missionários, encarregados da conversão das populações que habitavam os diferentes territórios coloniais dos impérios ibéricos, a tarefa de sistematizar os conhecimentos das línguas nativas e de colaborar, através da catequese, para sua sujeição às Coroas de Portugal e da Espanha. No caso da América Espanhola, foram treze obras produzidas no período de 1546 a 1593, elaboradas por religiosos de diferentes ordens: quatro dominicanos, três franciscanos, dois jesuítas e um carmelita.

Data de 1585 a primeira gramática escrita por um jesuíta. Trata-se da obra *Arte de la lengua Toba*, de autoria do padre Antonio de Bárcena; a primeira dentre muitas outras que sistematizaram a vasta experiência linguística dos membros da Companhia em diferentes continentes. À escrita pelo padre Bárcena se seguiram outras gramáticas que se detiveram nas línguas nativas americanas, como se observa no Quadro 2:

**Quadro 2:** Lista de obras jesuítas que normatizaram línguas indígenas na América

Ano de publicação	Autoria	Obra
1595	Jose de Anchieta	<i>Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil</i>
1595	Antonio del Rincón	<i>Gramática de la lengua náhuatl</i>
1603	Ludovico Bertonio	<i>Arte y grammática muy copiosa de la lengua aymara,</i>
1607	Diego González Holguín	<i>Gramática y arte nueva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Quichua, o lengua del Inca</i>
1608	Luis de Valdivia	<i>Arte y gramatica general de la lengua que corre en todo el Reyno de Chile,</i>
1608	Diego González Holguín	<i>Vocabulario la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Quichua, o lengua del Inca</i>
1612	Ludovico Bertonio	<i>Vocabulario de la lengua aymara</i>
1619	Bernardo de Lugo	<i>Gramática en la lengua general del nuevo reyno llamada Mosca</i>
1619	Diego de Torres Rubio	<i>Arte de la lengua Quichua</i>
1621	Luiz Figueira	<i>Arte de grammatica da lingua brasilica</i>
1639	Antonio Ruiz de Montoya	<i>Tesoro de la lengua guaran</i>
1639	Antonio Ruiz de Montoya	<i>Arte de la lengua guaraní</i>
1698	Ludovico Vincenzo Mamiani	<i>Arte de grammatica da lingua brazilica da nação Kiriri</i>
1701	Pedro Marbán	<i>Arte de la lengua moxa con su vocabulario y catecismo,</i>
1732	Antonio Machoni	<i>Arte y vocabulario de la lengua lule y tonocoté,</i>
1765	Andrés Febres	<i>Arte de la lengua general del Reyno de Chile</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Os jesuítas também se dedicaram à escrita de vocabulários e gramáticas que sistematizaram línguas faladas em outros locais do

Império português, como no Congo (*Doutrina cristã na língua do Congo*, de autoria de Cornélio Gomes, publicado em 1556), em Malabar (*Arte de língua malabar em português*, de Henrique Henriques, impressa em 1595), na Índia (*Cartilha em tamul e português*, de 1554) e no Japão (*Arte da língua de Japam*, de 1608, escrita pelo jesuíta João Rodrigues).

Cabe, mais uma vez, ressaltar que a escrita e divulgação desses manuscritos e, posteriormente sob a forma de impressos, resulta da conjugação de interesses das Coroas ibéricas e das ordens religiosas que viriam a se dedicar à evangelização. Não é possível, portanto, dissociar as ações das ordens religiosas na América, na África ou no Japão das motivações estatais que nortearam a ocupação desses territórios, e que têm relação com as alianças e redes que se constituíram nos territórios coloniais. Na América portuguesa, como se pode contatar no documento que transcrevemos abaixo, a implantação da normatização linguística se mostrava cada vez mais necessária, e, através dela, o Império português pretendia “civilizar costumes” e “subjuar os rivais”.<sup>17</sup>

Sua Magestade que Deus guarde, foi servido mandar à villa de São Paulo, e as mais circunvizinhas, levantar um Terço de Infantaria paga, de que é Mestre de Campo Manuel Alvres de Moraes Navarro, para a conquista, que manda fazer ao Gentio Barbaro da Capitania do Rio Grande, e porque para o dito Terço é necessário para Capellão-mor um sujeito, que fale a língua da terra, e em que concorra, virtude, prudência, zelo e bons costumes [...]”<sup>18</sup>

Ao analisarmos os prefácios das referidas *Gramáticas*, constatamos um ponto em comum entre elas: a preocupação em sistematizar um sistema linguístico oral a partir de uma lógica pautada no modelo latino<sup>19</sup> Assim, para a elaboração das gramáticas indígenas, os padres buscaram equivalências, categorias gramaticais latinas que se assemelhassem às categorias das línguas dos índios.

El Arte, o sea el libro de gramática y de explicación de las sutilidades de la lengua, impresso o no, era la herramienta para entrar en contacto con la légua, que utilizaba en el recinto del colégio, o sea en el ámbito de las cátedras de la lengua, para un aprendizaje teórico. Su complemento práctico

<sup>17</sup> ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 87.

<sup>18</sup> Carta para o Provincial do Convento de São Francisco do Rio de Janeiro dar um Capellão, que saiba a língua da terra, ao Mestre de Campo Manuel Alves de Moraes Navarro. Bahia, 18 de outubro de 1697. In: Documentos Históricos. 1675-1709. Correspondência dos Governadores Geraes. Vol. XI. Rio de Janeiro: Augusto Porto, 1929.

<sup>19</sup> BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Línguas Indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. In: *Boletim do Centro de Documentação em Historiografia da Linguística*. Disponível em <[http://www.ffch.usp.br/dl/cedoch/downloads/boletim7\\_13-39.pdf](http://www.ffch.usp.br/dl/cedoch/downloads/boletim7_13-39.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

indispensable era el uso, o se ala inmersión en la légua de los índios fuera de su contacto ya tenía largos años de aplicación en Brasil.<sup>20</sup>

Desde os primórdios da colonização, os jesuítas estiveram envolvidos na adoção de estratégias de aproximação que facilitassem a comunicação com os nativos e na elaboração de catecismos, como salientado por Castelnau-L'Estoile. Estas obras, aliás, têm relação com os Exercícios Espirituais escritos pelo fundador da Ordem, Inácio de Loyola, com o Plano de Conversão do Gentio, do padre Nóbrega, e com as orientações resultantes da Visita do Pe. Christóvão de Gouvea.<sup>21</sup>

Mas, para além das regras emanadas do Estado português e da própria ordem, é preciso considerar que foi a experiência na aldeia, atrelada ao longo período de contato com os índios que possibilitou a sistematização das línguas indígenas pelos missionários. No caso de Mamiani, não seria diferente. À sua experiência, se somariam a de missionários que o antecederam no trabalho missionário junto aos Kiriri e, ainda, os modelos de gramáticas vigentes, que se adequavam à prática de escrita do Setecentos, como se poderá observar na sua organização, e conforme descreveu o capuchinho Martinho de Nantes:

[...] todos os nossos missionários entre os cariris se empenharam em aprender a sua língua, sem o uso da qual era impossível transformá-los em verdadeiros cristão, pois que é natural do bárbaro a barbaria. Seriam macacos para imitar o que vissem fazer ou papagaios para repetir o que lhes ensinarem, mesmo sem o compreender, e, por conseguinte, sem fé e sem conhecimento de que deviam saber. Tendo chegado antes de todos a essas nações, e cinco anos de qualquer outro missionário, fiz um dicionário da língua cariri, uma arte ou rudimento da doutrina cristã e um modelo de exame para confissão, e traduzi a vida de alguns santos, elaborando cânticos espirituais sobre os mistérios da fé empregando o tom dos hinos, cujo canto é mais agradável para facilitar aos missionários o uso de sua linguagem.<sup>22</sup>

É plausível supor que os padres da Companhia de Jesus tenham discutido estratégias e a elaboração de textos de sistematização da língua Kiriri com os capuchinhos, uma vez que a *Relação* de Martinho de Nantes refere a constante comunicação entre eles. Sabe-se, também, que em suas viagens a Salvador, o capuchinho costumava descansar na aldeia de Canabrava e que os jesuítas também visitaram a sua missão.

<sup>20</sup> MALDAVSKY, Aliocha. *Vocaciones inciertas*. Misión y misioneros en la Provincia Jesuita del Peru. Lima: Universidad Antonio Ruiz de Montoya, 2013, p. 282.

<sup>21</sup> CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006, p. 152-153.

<sup>22</sup> NANTES, Martinho, *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Brasiliana. Volume 368. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, [1706]1979, p. 18.

No ano de 1685, dois reverendos padres missionários jesuítas, dos quais um tinha pelo menos trinta anos de missão, vieram expressamente de setenta léguas de distância para visitar a nossa missão, em consequência do grande renome que havia conquistado, e permaneceram três meses inteiros com os nossos missionários do rio de S. Francisco e os ajudaram a confessar os nossos índios pela Páscoa. Um deles, chamado padre João de Barros, português, sabia perfeitamente a língua dos cariris, por haver permanecido muito tempo com eles em Canabrava e em Jacobina [...]<sup>23</sup>

O padre João de Barros estava acompanhando de outro jesuíta, italiano, que poderia ser Mamiani:

[...] o outro era italiano de origem e portador de grandes virtudes e de grande predicados. Ficaram um e outro tão edificadas com a piedade de nossos índios e com a boa ordem em que encontravam a nossa missão, a respeito da qual deram informações muito favoráveis ao senhor arcebispo da Bahia, a monsenhor o marquês das Minas, governador, e ao reverendo padre provincial dos jesuítas e a todos os principais da cidade, que por isso me felicitaram, com muitos elogios. Monsenhor o arcebispo e monsenhor o governador escreveram à Corte de Portugal e ao nosso reverendo padre provincial, para lhes pedir maior número de missionários. E quando regresssei a Lisboa, onde tive a honra de apresentar meus respeitos ao rei, este teve a bondade de me manifestar sua alegria e seu reconhecimento.<sup>24</sup>

A *Gramática* de Mamiani está dividida em duas partes. A primeira é dedicada às questões de ortografia, pronúncia, declinação dos nomes e conjugação dos verbos, que foram transformadas em capítulos, formando sete ao todo. O capítulo I serve como uma introdução, na qual são apresentadas as letras que são utilizadas na língua Kiriri e sua pronúncia. A preocupação do autor é a de destacar que não há ditongos nessa língua. E no capítulo II, intitulado “Dos gêneros, números e casos de nomes”, ele aponta:

Os nomes nesta língua não tem propriamente distinção de gênero, ou números, ou casos, mas o mesmo nome sem mudança serve de ordinário ao gênero masculino e feminino, ao número singular, plural, e em todos os casos.<sup>25</sup>

Segundo o jesuíta, além de os nomes não apresentarem distinção, os verbos também não tinham “diversidade alguma”<sup>26</sup> e não se

<sup>23</sup> NANTES, Martinho, *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Brasília. Volume 368. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1706]1979, p. 18.

<sup>24</sup> NANTES, Martinho, *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Brasília. Volume 368. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1706]1979, p. 19.

<sup>25</sup> MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1699, p. 5.

<sup>26</sup> MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1699, p. 9.

distinguiam na conjugação. O foco da primeira parte da Gramática é a palavra, analisada isoladamente. Ao longo do texto, são apresentados vários exemplos de utilização dos termos e há um pequeno glossário, dividido em capítulos, com verbos e substantivos.

A segunda parte recebeu o título “Da syntase, ou construção das oito partes da oração”, que são: nome, pronome, verbo, participação, preposição, advérbio, interjeição e conjunção. Nesses capítulos, Mamiani busca sistematizar um conjunto de regras semelhantes ao modelo latino de Gramática para língua Kiriri, mesmo com as ausências apresentadas.

Mamiani apresenta outras concepções de tempo, partindo dos tempos verbais,<sup>27</sup> e, segundo ele, na língua Kiriri, os verbos podem ser conjugados no presente do indicativo, no futuro do indicativo, no pretérito perfeito do indicativo, pretérito do indicativo, no gerúndio, no particípio, no imperativo e permissivo, no modo optativo e conjuntivo. Para indicar cada tempo verbal há uma série de regras apresentadas, entretanto, a conjugação só é feita na primeira pessoa do singular. Para as outras pessoas verbais, deve-se apenas mudar os artigos dos pronomes.

A *Gramática* não possui um sumário que oriente o leitor, o que era comum nas *Artes*. Parece ter sido elaborada para que os passos fossem sendo descobertos aos poucos, sem um roteiro prévio, e, por isso, demandando grande atenção e disciplina daquele que estava aprendendo as declinações dos verbos, da utilização dos artigos e, principalmente, a pronúncia. Parece, assim, se configurar como um manual individualizado de estudo da língua, com “aulas” pré-definidas pelo autor. Mamiani, aliás, não especifica o modelo adotado, o que sugere que não houve uma regra para a escrita da *Gramática*. Já na 2ª edição da *Arte de Língua Brasilica*, de Luis Figueira, diferentemente da 1ª em que não encontramos qualquer observação neste sentido, o leitor é informado de que o método para se aprender a língua na *Arte* é fácil, ordenado e breve, como é necessário para um estudo de língua, sendo incluída uma errata ao final, na página 168.

A análise das cartas e alvarás evidencia a luta por afirmação, prestígio e poder travada no âmbito administrativo do Império português e que se manifestava nas missivas ou solicitações enviadas por fazendeiros, autoridades locais e missionários. Neste sentido, se de lado o Novo Mundo, em especial, o contexto marcado pelos conflitos e pelas negociações entre colonos, indígenas e missionários no sertão da América portuguesa; no outro lado, Velho Mundo, destacavam-se os interesses e os processos que envolvem a edição e publicação dos textos produzidos sobre a colonização e a conversão dos povos indígenas do litoral e do sertão, o papel dos

<sup>27</sup> MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1699, p. 35.

tipógrafos e a legislação portuguesa referente à impressão e circulação de livros. Considerando que nos propomos a analisar mais detidamente as obras escritas por Mamiani, apresentamos também algumas informações sobre o missionário jesuíta, que atuou junto aos índios Kiriri e é o autor de uma *Gramática* e de um *Catecismo*.

Por meio das mãos dos tipógrafos, as obras ganhavam o caráter de conjunto, uma unidade discursiva que evidenciava suas escolhas, que contavam com o aval das casas impressoras nas quais os livros eram produzidos ou, então, reimpressos. Em muitas das segundas edições e, para além dos adornos, observam-se, também, interferências na estrutura, como é o caso da que foi feita do *Catecismo* do Araújo.

Ao analisar a legislação adotada pela Coroa portuguesa, torna-se possível entender como esse conjunto de lei impactava na produção e circulação de impressos em todo o Império, e, ainda, as demandas de publicação que partiram dos espaços coloniais, como é o caso das solicitações para impressão de *Gramáticas* e de *Catecismos* a serem utilizados nos contatos e na conversão de certos grupos indígenas.

A publicação deste gênero de obras era uma solicitação tanto das autoridades metropolitanas, quanto das ordens religiosas que atuavam nas aldeias da costa e do sertão. Uma análise dos textos das licenças que estas obras receberam nos permite, portanto, identificar não apenas os interesses locais que estavam envolvidos nas autorizações, mas também os das instâncias metropolitanas. Possibilitam, ainda, evidenciar como se deu a aprendizagem das diferentes línguas e os contatos que os vários missionários que atuavam no sertão mantiveram entre si e com os textos de outras gramáticas e catecismos.

No caso da região que analisada, conseguimos identificar, com base nas Licenças concedidas pela Ordem, nos Alvarás Régios e nas Cartas Ânuaas, os nomes dos padres e das aldeias em que cada um deles atuou, conforme evidenciado no Quadro 3:

**Quadro 3:** Lista de padres jesuítas que atuaram nas aldeias Kiriri.<sup>28</sup>

Padres	Aldeias que atuou
João de Barros	Canabrava Natuba
Jacob Roland	Canabrava Natuba

<sup>28</sup> Esse quadro foi elaborado com base na documentação consultada (Cartas Ânuaas, Licenças de publicação e Alvará Régios). Apesar de trazerem informações sobre a atuação dos missionários, não conseguimos, no entanto, apurar o período que eles permaneceram em cada uma das aldeias.

Jacques Cocle	Canabrava Natuba
Luís de Siqueira	Canabrava
Gonçalo Pereira (sócio)	Canabrava
João Matheus Faleto	Geru Natuba
João Coelho	Natuba Canabrava
Luis Vicêncio Mamiani	Geru
Nicolau Siqueira	Canabrava
Antônio Maria Bonucci	Natuba
João de Araújo	Canabrava
Antônio Andrade	Natuba

Fonte: elaborado pela autora.

No *Catecismo*, encontramos três licenças, sendo que a primeira é assinada pelo jesuíta Antônio de Barros.<sup>29</sup> Em relação aos textos das autorizações, constata-se que são muito semelhantes em sua estrutura. Primeiramente, iniciam apresentando de quem foi a determinação para que a obra fosse avaliada, que, no caso da primeira, ocorreu por designação do Provincial da Província, Padre Alexandre de Gusmão. Nas cinco linhas antes da assinatura, o padre apresenta suas justificativas e legitima sua aptidão para realizar tal tarefa. Nessa autorização, o que chama a atenção é o fato de o jesuíta informar que “reviu” o *Catecismo*, o que constitui diferença em relação aos outros pareceres, completando sua observação da seguinte forma: “[...] e nele não achei cousa, que pudesse notar na composição desta língua, senão louvar em trazer a luz obra tam necessária para o bem das almas, com que poderão agora se melhor doutrinadas nos mysterios de nossa Santa Fé”.<sup>30</sup>

Em 27 de maio de 1697, João Matheus Falletto, que se encontrava na aldeia do Geru, missão de Nossa Senhora do Socorro, concedeu também licença para publicação da obra. O missionário entrou na Companhia em outubro de 1666, na Província de Milão. De Lisboa

<sup>29</sup> Serafim Leite não apresenta a biografia do padre Antônio de Barros, o que dificultou a obtenção de informações sobre o período em que ele atuou junto aos índios Kiriri, antes do dia da assinatura da licença na aldeia de Canabrava, em 2 de maio de 1697.

<sup>30</sup> MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa: Edição fac-similar; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698]1942, s. p.

segiu para o Brasil em 1681. A profissão solene ocorreu de 15 de agosto de 1683 na aldeia de Natuba de Nossa Senhora da Conceição. Veio a falecer, na Capitania do Espírito Santo em 20 de abril de 1730.<sup>31</sup> Mesmo vivendo na mesma aldeia em que padre Mamiani missionava, padre Falletto diferentemente de Antônio de Barros, afirma não ter tido contato com obra antes da versão entregue para avaliação. Sabe-se, de acordo com o texto da licença, que ele viveu dezesseis anos com os povos daquela nação e devido à experiência nas aldeias do sertão poderia atestar a importância da publicação:

[...] vi declarados os mysterios de nossa Santa Fé com brevidade, & clareza acomodada à capacidade dos que se instruem; & com a propriedade da língua que se pode humanamente alcançar da pronunção barbara, & fechada, q usam estes Indios; me parece grandemente necessário para facilitar aos Padres Missionarios a instrução, & salvação destas almas; & como não tem cousa alguma, que seja contra nossa Santa Fé, & bons costumes, julgo que he digno de se imprimir.<sup>32</sup>

E o terceiro a autorizar a impressão é o Provincial da Companhia, Padre Alexandre de Gusmão, que a assina no Colégio da Bahia. Padre Gusmão nasceu em Lisboa e tinha quinze anos quando chegou ao Brasil, em 1644. Dois anos depois, ingressou no colégio da Companhia no Rio de Janeiro, onde fez a profissão. Foi professor de Humanidades e responsável pela criação do Seminário de Belém, localizado em Cachoeira, no Recôncavo da Bahia. Tem uma vasta produção, com destaque para os livros: *Escola de Bethlem Jesus nascido no presépio*, *História do Predestinado Peregrino* e *Arte de crear bom os filhos na idade de Puericia dedicada ao menino de Belem*. Foi mestre de noviços, Reitor do Colégio do Espírito Santo, Reitor do Colégio da Bahia e, por duas vezes, Provincial.

Os textos das Licenças evidenciam a importância que os padres atribuem à obra. Para o padre Antônio de Barros, o catecismo iria beneficiar as “almas, com que poderão agora ser melhor doutrinadas nos mysterios”. Para João Matheus Falletto, a obra não feria os bons costumes e só iria facilitar a instrução e a salvação das almas por parte dos missionários. Já o Provincial autorizou a impressão, não pelos fins que a mesma iria atender, mas por ter sido avaliada e respaldada pelos outros padres especialistas na língua. Sua licença é semelhante a que foi atribuída à *Arte da Língua de Angola*, do padre Pedro Dias, obra que teve

<sup>31</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VIII. São Paulo: Edições Loyola. [1938] 2004, p. 314.

<sup>32</sup> FALETTO Apud MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na Língua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa: Edição fac-similar; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1698. s. p.

todas as licenças elaboradas por jesuítas que se encontravam no Colégio da Bahia.

O jesuíta Pedro Dias, tido como apóstolo dos negros, entrou na Companhia com dezenove anos de idade, em julho de 1641, no Rio de Janeiro, onde fez o terceiro e o quarto voto. Ocupou vários cargos no Império português na América, por quatro anos foi Superior em Porto Seguro, em seguida exerceu o cargo de Reitor de Santos, por três anos. Após esse período, foi nomeado Procurador nos Engenhos de Açúcar e, posteriormente, desempenhou o cargo de superior de Olinda por seis anos.<sup>33</sup> Durante o período em que esteve na Capitania de Pernambuco, a população foi assolada por uma grave epidemia de febre amarela.<sup>34</sup> O contato com negros angolanos escravizados, que desempenhavam as mais diferentes funções na capitania, contribuiu para que pudesse escrever a *Arte da Língua de Angola*. Na carta de 3 de agosto de 1694, Pedro Dias informa que estava elaborando um Vocabulário Português-Angolano. Contudo, não há notícias nem de sua publicação e nem do manuscrito.<sup>35</sup> Ao compararmos as Licenças concedidas a estas duas Gramáticas, constata-se que ambas receberam autorização do Provincial Alexandre de Gusmão, sob os mesmos termos, sendo assinadas na mesma data, 27 de junho de 1697, apenas com a alteração, do nome da obra.

Na Licença concedida pelo padre João Matheus Falletto à *Arte da Gramática Kiriri*, o padre não apenas manifesta preocupação com a utilização do texto e com a necessidade de o instrumento ser utilizado com clareza e corretamente, como também ressalta três pontos: a experiência da missão, a dificuldade da língua e as contribuições do impresso.

[...] & nella não somente não achei cousa, que encontre à nossa Santa Fé, & bons costumes; mas pela noticia da mesma língua, que adquiri em dezaseis anos nestas missoens, admirei o engenho do Autor em reduzir com tal clareza, & distinção e regras certas, & próprias hua língua não só por si mesma, mas pelo modo bárbaro, & fechado, que usam os naturaes em a pronunciar, muito mais difficultosa; pelo que julgo ser obra mui necessária aos Padres Missionarios desta Nação, para alcançar com facilidade, & brevidade o uso dela, & melhor exercitar os ministérios pertencentes à sua salvação [...]<sup>36</sup>

<sup>33</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VIII. São Paulo: Edições Loyola. [1938] 2004, p. 277.

<sup>34</sup> Carta do Padre Pedro Dias, Reitor de Olinda, ao Padre Antônio do Rego, Assistente de Portugal em Roma. 30 de julho de 1689. ARSI, Bras. 9, p. 351-356.

<sup>35</sup> Carta do Padre Pedro Dias ao Padre Tiso González, da Bahia, 3 de agosto de 1684. ARSI, Bras. 3(2), p. 337.

<sup>36</sup> FALLETTO Apud MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1699.

Já o Padre José Coelho salienta que viveu por dezenove anos junto aos índios Kiriri e que apoiava a publicação em virtude das contribuições que a *Arte da Gramática Kiriri* proporcionaria aos missionários na “salvação daquelas almas”. Sobre o autor de uma das três Licenças, o capuchinho Martinho de Nantes afirmou:

[...] flamengo de nação, distante da sua perto de doze léguas. Foi a essas duas aldeias que o padre Anastácio levou os pobres escravos que conseguira libertar do cativeiro. Esse último padre jesuíta era um homem de mérito, muito virtuoso e que tinha muito talento. Ele já me conhecia de Pernambuco e o encontrara outra vez. Deu-me o melhor acolhimento possível; prestei-lhe também um serviço considerável a respeito desses índios.<sup>37</sup>

Quanto às demais licenças de impressão das duas obras de Mamiani, a que foi dada pelo Santo Ofício foi assinada por Frei Gonçalo Grato, no dia 22 de abril de 1698, a do Ordinário, pelo Fr. Pedro Bispo de Bona, em 2 de julho de 1698, e a do Paço, no dia seguinte, assinada por Ribeyro Oliveyra.

Há apenas uma diferença entre as autorizações. No caso da *Arte da Gramática Kiriri*, o trâmite de solicitação foi iniciado no dia 7 de abril pelo Fr. Gonçalo Crato e encaminhado para Mestre Francisco de Santa Maria, com a solicitação de um parecer dos “livros”. O mesmo autoriza a publicação em 19 de abril de 1698. Mesmo fazendo referência a livros, essa observação se encontra presente apenas nas licenças dadas para a *Gramática*.

Estes foram os caminhos que as obras de Mamiani percorreram, ao longo de três meses, até o momento da impressão, o que, no caso do *Catecismo*, ocorreu no segundo semestre do ano de 1698 e, no caso da *Gramática*, se deu apenas no ano seguinte. A demora na autorização, no entanto, parece ter sido também causada por fatores de outra ordem. Na Carta Anua de 1695, o padre Geral Tirso Gonsales informa que havia sido composto um catecismo para atender aos Tapuia, mas que, passado um ano, o texto ainda não havia sido enviado à Lisboa, porque o padre Mamiani havia solicitado o retorno à aldeia a fim de fazer complementações e concluir a obra.

Circulando entre as duas margens do Atlântico, cartas, crônicas e relatórios administrativos serviram como elemento constitutivo de uma trama descritiva da sociedade.<sup>38</sup> Assim, procuramos ressaltar, através da documentação produzida pelas autoridades coloniais, pelos missionários

<sup>37</sup> NANTES, Martinho, *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Brasileira. Volume 368. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1706] 1979, p. 77.

<sup>38</sup> RAMINELI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassallos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008.

e pelos colonos, a trama social dos sertões da Bahia, em especial, as negociações e os conflitos que o caracterizaram ao longo do século XVII. Os documentos que analisamos nos informam sobre os interesses dos administradores locais nas terras indígenas e a ação dos missionários em sua defesa e, ainda, o protagonismo dos Kiriri nesta região dos “caminhos de dentro”.

Catecismos e gramáticas das línguas dos povos nativos do Novo Mundo constituem um importante instrumento de conversão, mas também de inserção do poder europeu na América portuguesa e espanhola. Por esse caráter complexo, os registros documentais são de fundamental importância para a escrita da história, testemunhando a confluência de experiências dos religiosos e povos indígenas.

Entendemos que as informações contidas nos impressos ou nos manuscritos compõem o que foi definido como “economia escriturária”, por Michel de Certeau.<sup>39</sup> A escrita, vale lembrar, se configura também como uma relação de poder na sociedade, dada a sua capacidade de eternizar fatos, opiniões e discursos, transpondo distâncias, sejam elas físicas ou temporais. Para Certeau, “a escrita faz a história”, e essa deve ser preocupação primordial dos historiadores que buscam, no seu *fazer investigativo*, atentar para as construções e relações de poder presentes nos escritos.

Recebido em: 03 de abril de 2018.

Aceito em: 19 de junho de 2018.

---

<sup>39</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 216-217.